

## O ativismo político no portal de notícias G1: um discurso criminalizante

Political activism on G1 news portal: A criminal speech

**Roberto Bitencourt da Silva**

Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro.  
Rua Clarimundo de Melo, 847, 23311-281, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
betobitencourt@hotmail.com

---

**Resumo.** O artigo tem como objeto de estudo o discurso veiculado pelo portal de notícias da Globo na internet, o G1, a respeito dos ativistas políticos presos ao final da Copa do Mundo de futebol, na cidade do Rio de Janeiro. Tem como propósito mapear alguns aspectos de uma narrativa jornalística que se norteou pela tendência a operar com a criminalização das manifestações e dos ativistas políticos. Objetivo adicional é demonstrar uma retórica que legitimou as ações repressivas nas ruas, conformando uma conservadora percepção da democracia e dos atores sociais concebidos como ilegítimos. Quanto ao recorte temporal da análise, selecionamos, sobretudo, matérias publicadas no intervalo dos dias 12 a 25 de julho de 2014.

**Palavras-chave:** G1, ativismo político, discurso.

**Abstract.** The article aims at studying the discourse conveyed by Globo newsletter on the Internet, the G1, about the political activists arrested at the end of the football World Cup in the city of Rio de Janeiro. It aims at mapping some aspects of a newspaper that was guided by the use of symbols and stigmas, which tended to operate with the criminalization of events and political activists. Furthermore, this article demonstrates a rhetoric that legitimizes the repressive actions on the streets, forming a conservative perception of democracy and social actors conceived as illegitimate. As for the analysis, it was selected all articles published in the period from 12 to 25 July 2014.

**Keywords:** G1 (by Globo channel on its news portal), political activism, speech.

---

### Apresentação

Dia 12 de julho de 2014. Véspera da partida entre as seleções da Alemanha e da Argentina, que decidiriam a final da Copa do Mundo de futebol. Diversos ativistas políticos foram presos no Rio de Janeiro, palco do encerramento do evento esportivo. Um ato em protesto aos gastos públicos com a Copa do Mundo estava marcado para o dia da final da competição. A motivação do ato devia-se, igualmente, à acentuada ingerência da FIFA nas decisões sobre o ordenamento espacial da cidade do Rio de Janeiro.

As prisões transcorreram em cumprimento a um mandado judicial expedido na mesma semana e tiveram como justificativa a “possibilidade de realização de atos violentos”. No curso do mês de julho, expressiva controvérsia marcou as ações judicial e policial, com reflexos nos meios massivos de comunicação, bem como nas webmídias de informação alternativa.

Disputas entre narrativas sobre o caso proliferaram, sob o influxo dos questionamentos à polícia, à Justiça, aos governos estadual e federal, bem como direcionados à abordagem jornalística dos principais veículos de comunicação. As empresas das Organizações

Globo, que ocupam a condição de maior conglomerado de comunicação do país, de resto, tornaram-se relevante foco na produção de uma retórica que tendeu a justificar as medidas contra os ativistas presos. Por isso, foram bastante criticadas nos veículos alternativos de comunicação e nas redes sociais.

Desse modo, tomando por objeto de análise o discurso veiculado pelo portal de notícias da Globo na internet, o G1, o artigo visa mapear aspectos de uma narrativa que se norteou pela tendência a operar com a criminalização dos protestos e dos ativistas políticos. Uma cosmovisão conservadora, orientada por esquemas de percepção que associaram ideias que guardavam peculiares potenciais de generalização: de um lado, legitimavam as ações repressivas aos protestos e, de outro, conformavam uma singular percepção da democracia e dos atores sociais concebidos como ilegítimos. Quanto ao recorte temporal da análise, selecionamos, sobretudo, matérias publicadas no intervalo dos dias 12 a 25 de julho de 2014, que cobrem o período entre a prisão e a obtenção da liberdade pelos ativistas.

No tocante à estrutura do trabalho, a partir da seleção de alguns estudos empíricos e de determinados paradigmas teóricos, tecemos, de início, considerações sobre fenômenos e agentes sociais que permitam realizar uma contextualização externa às notícias do G1. Com efeito, foram mobilizados trabalhos que giram em torno de interpretações sobre os emergentes movimentos sociais, que têm operado com um uso politizado das tecnologias digitais. Da mesma forma, assinalamos algumas perspectivas que lançam as lentes sobre medidas coercitivas que tipificam o que, na historiografia e na teoria social contemporânea, tem sido definido como “Estado de exceção”. Na sequência, o artigo situa a linha editorial do jornalismo das Organizações Globo e, especificamente, as características do seu portal de notícias. Encerramos com o mapeamento da abordagem jornalística do G1, inspirado no instrumental de reflexão da análise do discurso.

### **Protestos, ativistas e medidas excepcionais de controle social**

Em que pesem ambiguidades e limitações políticas, as jornadas de junho de 2013 podem ser consideradas uma das maiores manifestações de massa da história republicana brasileira (Silva, 2014). Elas acordaram um “demônio” que os estratos sociais no poder, desde

o golpe empresarial-militar de 1964, anseiam em apagar da memória nacional, isto é, a “capacidade de indignação popular expressa nas ruas”, segundo Arantes (2014). As jornadas atuaram, em elevada medida, com um universo de valores que se chocou frontalmente com os contornos das práticas políticas institucionalizadas e estabelecidas no país há décadas (Duarte, 2013).

Estritamente em relação ao Rio de Janeiro, os protestos persistiram nos meses seguintes, até a Copa do Mundo, em dimensões mais modestas. Nem por isso politicamente desimportantes. Críticas aos gastos com a Copa do Mundo, lutas contra remoções de casas populares, ocupação da Câmara de Vereadores, atos de rejeição ao governador Sérgio Cabral Filho e expressivos movimentos grevistas – como os levados a cabo por professores e garis –, eis algumas salientes fontes de protestos no espaço público carioca, entre as jornadas e a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com Silva *et al.* (2014, p. 180), *grossa* parte dos discursos políticos, das abordagens e das imagens veiculadas pelos meios massivos de comunicação foi sobretudo negativa às jornadas de 2013, “configurando um processo de demonização dos movimentos sociais e seus atores”, cujo mote maior era a imagem do “vândalo”. É plausível argumentar que, até os dias posteriores ao encerramento da Copa do Mundo de 2014, os movimentos sociais e os ativistas políticos que saíram às ruas não deixaram de ser submetidos aos mesmos contornos de significação. Contudo, não deixou de tratar-se, em boa medida, de um processo retórico de generalização, constituído a partir de um perfil de abordagem que privilegiou episódicas e controversas iniciativas realizadas por manifestantes. Sobremaneira as que tinham por eixo a depredação de patrimônio público e de bens privados, servindo também como alegação das forças policiais para justificar uma indiscriminada repressão. Diga-se, iniciativas que tendiam a guardar certa relação com uma apologia à violência, na antiga acepção preconizada por Sorel (1992). Isto é, violência tida como ingrediente de formação identitária coesa e de ação política. Não é demasiado afirmar que se tratou de um tipo de experimento político que se distanciou de preocupações propositivas da cidadania nas ruas, com a dilatação da democracia, não se coadunando com as aspirações e práticas da universalidade do ativismo político.

Malgrado eventuais e infantis ações de vandalismo, pode-se argumentar que, em sintonia com o esquema de percepção privilegiado pelos meios de comunicação espanhóis, a respeito da atuação política inovadora do 15-M – uma plataforma política, e em rede, de movimentos sociais articulados (Roitman, 2012) –, também no Rio de Janeiro os meios comerciais de comunicação fizeram uso de uma espécie de “teoria da conspiração”. Em outras palavras, por meio da mobilização de recursos retóricos generalizantes, os protestos nas ruas habitualmente eram associados a práticas “antidemocráticas”, portadoras de objetivos “oscuros” e “ilegítimos”. Na interpretação dada por Silva *et al.* (2014), a atribuição desses significados pode ser considerada um verdadeiro “massacre simbólico”.

Cumprir observar que a sucessão de protestos ocorridos no Rio de Janeiro esteve enredada em um contexto internacional marcado pela emergência de “novíssimos movimentos sociais”, como os classifica Barranquero (2012). A despeito de múltiplas diferenças no tocante às tessituras sociais em que têm surgido, estes movimentos têm guardado traços significativos de convergência, a saber: utilizam-se criativamente dos recursos técnicos digitais de informação e comunicação, tendem a apresentar relações mais horizontais de participação e a pregar a inexistência de lideranças. Denotam acentuada veia apartidária e, comumente, combinam uma agenda contestatória com pautas materiais e pós-materiais (Castells, 2013; Barranquero, 2012).

Não sendo raro o entrecruzamento com as tradicionais organizações sindicais e demandas do mundo do trabalho, todavia, acompanhando a Arantes (2014, p. 385), as questões que sensibilizaram e constituíram o mote para a mobilização nas redes e nas ruas do Rio de Janeiro – no intervalo entre as jornadas de 2013 e a Copa do Mundo – giraram em torno de lutas propriamente urbanas. Uma ordem de problemas que não se restringe à temática salarial do mundo do trabalho, mas que afeta a qualidade de vida nas cidades. Nesse sentido, sob a inspiração de Negri (2006, p. 173), é possível afirmar que o “território urbano”, a “fábrica da acumulação capitalista pós-moderna”, tende a prevalecer como matriz da indignação.

Revelando avaliação convergente, Vainer (2013, p. 37) entende que, com a globalização financeira prevalecente há décadas, as cidades passaram a ser “investidas como espaços diretos e sem mediações da valorização e finan-

ceirização do capital”. Uma “cidade-negócio” que representa uma “espécie de democracia direta do capital” (Vainer, 2013, p. 38-39). Como resposta da coletividade catalã a esses fenômenos, Sampere (2014, p. 97-98) sublinha a emergência de mobilizações que têm convertido a greve clássica – centrada no sistema produtivo – em uma “greve metropolitana”. Esta modalidade de ação política, não restrita às vicissitudes do universo do trabalho, apoiada em múltiplos segmentos de trabalhadores precarizados, bem como em jovens desempregados e subempregados com elevada escolaridade – todos com limitados horizontes de vida e que demandam o “direito à cidade” –, não deixa de possuir certos traços similares com alguns movimentos nas ruas e em redes, também no Brasil. Com efeito, importa recordar que o foco original das jornadas de 2013 foi a crítica ao preço das passagens e à má qualidade dos transportes públicos, levada a cabo por inúmeros jovens estudantes.

Tomando por objeto questionamentos dirigidos à Copa do Mundo e às prioridades de investimentos a ela concedidas pelos governos municipal e estadual do Rio de Janeiro, foram recorrentes as manifestações cujo *slogan* era “Não vai ter Copa”. Com o explícito propósito de restringi-las durante o evento, no dia que antecedeu a abertura da Copa, em 11/06, foram emitidos mandados de busca e apreensão e alguns manifestantes foram convocados para prestar depoimentos (G1, 2014a).

Quanto às prisões de alguns ativistas, levadas a efeito pelos aparatos de segurança pública sob a acusação de formação de quadrilha, elas ocorreram no dia anterior à partida final da competição. Foram alvo de contundentes contestações, feitas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e pela Anistia Internacional. Ambas as entidades, no dia das prisões, posicionaram-se assinalando o caráter abusivo e “intimidatório” das prisões, entendendo que o propósito era suspender o protesto marcado para o dia seguinte (G1, 2014b). Por conseguinte, apoiando-nos na interpretação oferecida pelas aludidas entidades do direito, parece oportuno lançar mão do conceito de “Estado de exceção”.

A teoria social contemporânea tem operado com tal conceito, de sorte a identificar determinadas características do nosso tempo. De acordo com Agamben (2012, p. 12-13), o “Estado de exceção” consiste em um “paradigma do governo dominante na política contemporânea” e tem por traço singular a suspensão

do direito, visando, paradoxalmente, proteger o direito e oferecer “resposta imediata aos conflitos internos mais extremos”. Ignorando ao direito internacional (Agamben, 2012, p. 131), o “Estado de exceção”, para Negri (2006, p. 99-100), conforma uma situação de aguda crise do capitalismo, que não possui mais fronteiras territoriais para se expandir. Do mesmo modo, ainda segundo o autor, traduz a formação do “Império” – ou seja, uma governança mundial que alia Estados nacionais do centro capitalista, organismos multilaterais e corporações multinacionais com incidências relevantes nos países da periferia do sistema. O lucro acima de tudo é o lema.

Sob esse ponto de vista abrangente, Arantes (2014, p. 303) considera o “Estado de exceção” como a própria “garantia do capitalismo”. Posto isso, a interpretação dos autores coincide em dois aspectos: *primeiro*. O “Estado de exceção” é perfeitamente compatível e adotado pelos regimes convencionalmente classificados como “democráticos”. Não consiste, pois, em mero equivalente da ditadura. *segundo*. As medidas excepcionais, que suspendem o direito e concentram poderes nos governos e em organismos de segurança, tendem a ser empregadas com o foco no controle social, na contenção das manifestações populares.

Em perspectiva histórica, os países do Cone Sul apresentam casos modelares. Estudos sobre períodos não ditatoriais, portanto, sob a vigência das instituições democráticas, no Uruguai das décadas de 1950-1960 (Kierszenbaum, 2012) e na Argentina, nos anos anteriores à instalação da ditadura, em 1976 (Franco, 2012), demonstram a frequente utilização de medidas extrajurídicas, com vistas à repressão dos movimentos sociais; não raro, com respaldo do Poder Judiciário e intensos apelos oriundos da imprensa, dos partidos conservadores e do Poder Legislativo. No Brasil, conforme perspectiva de Arantes (2014, p. 289), a Constituição de 1988 normatizou o golpe empresarial-militar de 1964, por meio da garantia constitucional da “militarização da segurança pública” e da atribuição às Forças Armadas do “poder soberano de se colocar legalmente fora da lei”. De resto, no aludido lapso temporal, essas experiências históricas revelam que a atenção das medidas excepcionais dirigia-se aos sujeitos concebidos como “nocivos” e “perigosos”, “não integráveis à convivência pacífica em sociedade” (Kierszenbaum, 2012, p. 103).

Um esquema de percepção similar tem sido esposado recentemente pelas diferentes esferas

de governo no Brasil, com um “Pacote de Ilegalidade”, introduzido, entre outros, pelo governo estadual do Rio de Janeiro: “Lei das Máscaras”, “Lei de Associações Criminosas”, etc. O propósito é “combater as forças oponentes”, segundo terminologia empregada pelo Ministério da Defesa (Arantes, 2014, p. 363, 447). Linguagens criminalizantes e beligerantes para referir-se aos ativistas e aos protestos têm sido usuais após as jornadas de junho de 2013.

### **“Atos e ativistas violentos”: a percepção dos protestos no G1**

As empresas de comunicação das Organizações Globo possuem uma orientação jornalística notoriamente tipificada pelo conservadorismo, do ponto de vista político, e pelo liberalismo, sob a ótica econômica. Antes da ditadura empresarial-militar instalada em 1964 – à qual ofereceu reconhecido apoio, não raro entusiasmado –, acompanhando demais veículos de comunicação do país, o jornal *O Globo* e a Rádio Globo participaram ativamente da criação de ambientes políticos que visavam à desestabilização de dois governos populares: Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964).

Denotando uma ponderável veia conspiratória e golpista, encontrando-se em uma oposição sistemática a ambos os governos, a linha editorial das empresas da família Marinho, conforme pesquisas realizadas por Carvalho (2010, 2013), operava com uma peculiar concepção de opinião pública: atribuía às elites políticas e empresariais e, sobretudo, à própria imprensa, os papéis de legitimidade exclusiva na construção da opinião pública. Ainda de acordo com Carvalho (2010, 2013), isso conformava uma concepção “elitista” da opinião. Ao mesmo tempo em que arrogava à imprensa o papel central no debate público, buscava negar voz e legitimidade aos agentes individuais e coletivos populares – como líderes e partidos políticos das esquerdas, sindicatos e associações de trabalhadores. Com efeito, uma expressão “corrupta” da opinião pública, que tendia a privatizar o direito à voz e à construção da agenda da sociedade, reservando-o a privilegiados estratos sociais e a poderosos interesses econômicos (Guimarães e Amorim, 2013) – uma cosmovisão sobre a sociedade brasileira que não sofreu alterações substantivas no curso do tempo, norteador a linha editorial das Organizações Globo até os nossos dias.

No que concerne às manifestações no Rio de Janeiro, não é demasiado argumentar que a

trágica morte do cinegrafista da TV Band, Santiago Andrade – atingido por um rojão disparado entre ativistas, em um protesto ocorrido em fevereiro de 2014 –, representou um dos pontos mais altos do processo de estigmatização das manifestações e dos ativistas no intervalo de tempo entre as jornadas de junho de 2013 e a Copa do Mundo. Cumpre observar que a infeliz e inconsequente decisão de usar um artefato potencialmente perigoso em um protesto de rua culminou em uma estúpida tragédia. Igualmente, contribuiu para generalizações discursivas que visavam retirar legitimidade das manifestações. Nesse sentido, em editorial publicado sob o título “Os inimigos da democracia”, *O Globo* desferiu ácidas críticas aos ativistas (não apenas aos envolvidos diretamente na morte), acusando-os de “vandalismo” e de “desprezo pela democracia” (*O Globo*, 2014a).

Sem deixar de guardar potenciais universalizantes em sua retórica, o jornal acentuava uma clara equivalência entre a democracia e a “imprensa profissional”. Distinguiu-a do “neo-jornalismo amador”, que caracteriza a produção midiática dos ativistas e possui a tendência a romper as fronteiras entre emissores e receptores das informações (Ramonet, 2013, p. 87). Ademais, *O Globo* atribuiu responsabilidades diretas, pela infeliz ocorrência, a sindicatos e partidos de esquerda, com menção explícita ao PSOL (*O Globo*, 2014a). Igualmente, uma lastimável ocorrência que gerou frutos simbólica e politicamente contraproducentes para os objetivos da cidadania mobilizada, não deixando, então, de macular a imagem democrática das manifestações. A partir daí o cenário foi bastante hostil aos protestos públicos no Rio de Janeiro.

Estritamente a respeito do portal de notícias da Globo na internet, o G1, baseamo-nos em definição oferecida por Herscovitz (2009) sobre este tipo de mídia informativa: um *website* de notícias que oferece “conteúdos editoriais semelhantes aos da imprensa”, filtrando “o excesso de informação disponível na Internet”. O G1 tende, particularmente, a utilizar notícias produzidas por outros veículos de comunicação do próprio conglomerado empresarial, combinando mídias distintas, da TV Globo, dos seus canais de televisão fechada, emissoras de rádio e jornais impressos. Como identificado por Herscovitz (2009) em outros portais brasileiros de notícias, pode-se argumentar que as fontes oficiais tenderam a alcançar expressivo espaço de referência nas

matérias publicadas pelo G1. Uma nuance importante na construção da narrativa do portal da Globo sobre os eventos, mas que não deixou de acolher outros pontos de vista.

Importa sublinhar que, para Charaudeau (2009, p. 277), “um ato discursivo não pode” ser avaliado “fora das condições em que foi produzido, isto é, fora da situação de comunicação na qual estão implicados os participantes de um intercâmbio linguístico”. As ponderações feitas anteriormente buscaram ressaltar um contexto político que envolve conflituosos interesses e diferentes esquemas de percepção sobre a vida em sociedade. Dessa forma, representam potenciais variáveis incidentes na ação e nas narrativas dos ativistas e dos aparatos de Estado. Assim como no discurso do G1. Posto isso, vejamos alguns traços salientes do discurso propriamente dito do portal de notícias da Globo sobre a prisão dos ativistas em julho de 2014.

Em primeiro lugar, cumpre observar que a voz das autoridades institucionais consistiu em fonte decisiva das matérias e tendeu a ordenar a narrativa e as imagens privilegiadas pelo G1. Por extensão, matéria publicada no dia das prisões argumentava o seguinte:

*Investigações da Polícia Civil apontam que a ativista Elisa de Quadros Pinto Sanzi, 28 anos, conhecida como Sininho, e outros 18 ativistas presos neste sábado (12) planejavam ataques com artefatos explosivos durante protestos marcados para este fim de semana no Rio [...]. Pelo menos dois protestos estão marcados em redes sociais para este domingo (G1, 2014 c).*

Considerando que o título dos textos jornalísticos põe em destaque aspectos para os quais se pretende chamar a atenção do leitor, o título da referida matéria é autoexplicativo: “Sininho e outros ativistas presos planejavam ataques no Rio, diz polícia”. Dias depois (19/07), “ameaça” com pretensão alvo específico era salientada pelo G1: “Ativistas presos pretendiam incendiar Câmara do Rio, diz denúncia do MP” [Ministério Público]. Mobilizando reportagem feita pelo Jornal Nacional, que contou com a disponibilização de gravações realizadas pela Polícia Civil, nova matéria procurava oferecer consistência ao processo de criminalização dos ativistas, do modo que segue:

*Manifestantes denunciados pelo Ministério Público por incitarem atos violentos em manifestações no Rio chamavam gasolina e coquetel molotov de “líquido” e “drink”, respectivamente, em conversas telefônicas gravadas pela Polícia Civil*

*do Rio de Janeiro, como mostrou o Jornal Nacional. Eles utilizavam códigos porque sabiam que poderiam estar sendo gravados, segundo a polícia (G1, 2014i).*

Na esteira de uma narrativa em que ficava cada dia mais difícil identificar fronteiras entre a interpretação jornalística do G1 e as percepções das instituições do Estado, notícia abdicava das fontes oficiais e assumia claramente a denúncia como um fato: “Segundo informações veiculadas pelo Fantástico, eles teriam, inclusive, a intenção de incendiar a Câmara do Rio” (G1, 2014h). Sem deixar de apresentar seu assentimento à narrativa construída pelas instituições policiais e judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, o G1, contudo, também veiculou críticas aos procedimentos do Estado e ao esquema de percepção que compartilhava.

Notas públicas da Anistia Internacional e da ONG Justiça Global foram reproduzidas, denotando um noticiário não monocórdio do G1. De acordo com a avaliação então feita pela Anistia Internacional, “a liberdade de expressão e a manifestação pacífica são um direito humano [...]. Ninguém deve ser detido ou preso apenas por participar de uma manifestação e exercer tal direito” (G1, 2014c). Demonstrando certa permeabilidade às críticas constantemente veiculadas nas redes sociais contra o abusivo padrão comportamental da polícia nos protestos, o G1 também (re)produziu vídeos e textos que demonstravam flagrante violência policial. Em uma dessas matérias, inclusive, chegou a utilizar vídeo produzido pelo webjornal alternativo A Nova Democracia (G1, 2014d, 2014e).

Uma segunda nuance da abordagem relativa aos protestos foi a personificação dos ativistas pela produtora de cinema Elisa Quadros, conhecida como Sininho. As matérias do G1 revelaram, com isso, a mobilização de um dispositivo representativo para avaliar os protestos e os ativistas, tornando Sininho uma encarnação individualizada dos movimentos no Rio de Janeiro. Uma personagem singular que guardou potenciais universalizantes de interpretação e descrição não apenas em torno dos manifestantes presos, mas também em relação ao próprio ativismo que se desenrolou após as jornadas de junho de 2013. Nos termos conceituais de McCombs (2004, p. 136-139), é possível afirmar que o G1 operou com um

“enquadramento” que selecionava Sininho enquanto aspecto relevante do noticiário, silenciando os temas e as questões propriamente pertinentes ao universo dos ativistas. Durante o intervalo de tempo privilegiado pela análise, foi recorrente o uso de fotos, textos, descrições e títulos de matérias que se referiam explicitamente à Sininho. Pode-se argumentar que nenhum outro aspecto da narrativa do portal de notícias conseguiu denotar tão estreita receptividade às fontes oficiais, como a ideia de que “Sininho era a líder dos ativistas”.

Desse modo, explorando alegações feitas pela Justiça e pela Polícia Civil, o G1 ressaltava que os “réus, comandados” por “Sininho, se reuniram para incendiar o prédio da Câmara Municipal, na ocupação conhecida como Ocupa Câmara, em agosto de 2013”. Tida como uma das lideranças da Frente Independente Popular (FIP, 2014), um organismo político de corte anarquista, Sininho foi “apontada em denúncia como uma das organizadoras de protestos violentos” (G1, 2014g).<sup>1</sup>

Diariamente veiculando notícias sobre o assunto e imagens da ativista, não é demasiado afirmar que a narrativa do G1 mobilizou elementos externos ao próprio jornalismo, denotando certo viés novelístico. Havia uma protagonista, com ações – reais, presumidas e alegadas –, poderes, vicissitudes e desafios, esquadrihados pelo noticiário, que se buscava estigmatizar como foco principal do assunto. Frequente foi o uso da imagem de Sininho presa, ainda em 2013, no interior de um ônibus da Polícia Militar, abraçada ao namorado na janela do veículo. A dimensão romanceada da notícia e da personagem não poderia ser mais evidente (G1, 2014h).

No entanto, a própria Sininho, já em liberdade, em entrevista concedida à revista *Caros Amigos* (2014, p. 19), negava tal protagonismo, alegando que apenas participava de assembleias e debates promovidos por organizações coletivas como a FIP e que “a mídia”, imputando-lhe “liderança”, poderia “matar uma pessoa”, mas “não o movimento”. Um perfil de avaliação que perpassa esses movimentos apartidários, de natureza mais horizontalizada e que operam com as redes sociais (Silva, 2014). Também perceptível na gramática adotada pela blogueira Lina Ben Mhenni, ativista da revolução tunisiana, no tocante à concep-

<sup>1</sup> A webpágina da FIP no Facebook, cujo endereço eletrônico encontra-se relacionado ao final do trabalho, apresenta algumas ideias e princípios políticos defendidos pelo coletivo.

ção democrática que tende a tipificar a percepção dos sujeitos envolvidos com experiências políticas que operam com as técnicas digitais, em múltiplas latitudes: ideal de uma democracia “sem chefes, em que todos participem na tomada de decisões” (Mhenni, 2011, p. 59). Portanto, uma leitura do G1 incompatível com a autorrepresentação dos próprios ativistas e movimentos.

Todavia, trata-se de um fenômeno que não chega a ser precisamente espúrio. Ele integra a lógica própria do discurso político veiculado pelas mídias, notadamente pelos meios massivos de comunicação. Segundo Charaudeau (2009, p. 278), o *pathos* (ou emoção) joga um papel relevante na retórica jornalística, pois, distante de apenas registrar os “fatos”, o objetivo é também incitar os receptores a “fazer, a dizer ou a pensar”, guardando maior preocupação “com o impacto de seu discurso do que com o rigor do raciocínio”. Ademais, o mesmo autor sublinha o papel desempenhado pela “essencialização” dos fenômenos sociais, de modo a fazer com que “as pessoas não tenham que se interrogar” sobre a sua “complexidade” (Charaudeau, 2009, p. 291). Nesse sentido, não é desrazoável argumentar que as recorrentes atribuições de liderança a uma personagem – e de potencial violento aos ativistas – poderiam contribuir para a naturalização de tais ideias, eventualmente suscitando um desinteresse, entre os leitores, pela sorte dos ativistas e, sobretudo, de movimentos sociais que não se encontram modelados pelos parâmetros das instituições políticas representativas em vigor.

Em 23/07, o desembargador Siro Darlan concedeu *habeas corpus* a 23 manifestantes presos. Obtiveram liberdade 21 daqueles, inclusive Sininho, restando na prisão dois ativistas, acusados de envolvimento na morte do cinegrafista Santiago Andrade, em fevereiro de 2014 (G1, 2014j).<sup>2</sup> O desembargador alegava que não havia ainda tido acesso ao inquérito policial contra os manifestantes, mesmo tendo feito solicitação ao delegado responsável fazia uma semana (G1, 2014k). Por outro lado, vale frisar que a TV Globo, como se vê em algumas matérias selecionadas, teve acesso ao inquéri-

to, ao menos a fragmentos dele, antes do próprio desembargador que julgaria o processo. Em todo caso, para Siro Darlan, não existiam “motivos suficientemente demonstrados para as prisões” (G1, 2014j). Meses depois dos eventos postos em evidência, vieram a público estarrecedoras gravações de mensagens trocadas entre oficiais da Polícia Militar em meio às manifestações de dezembro de 2013 e o início do ano seguinte. Continham conteúdo relativo a apelos e ações abusivas e violentas contra manifestantes. Inclusive, de maneira caricatural, revelavam simpatias ao nazismo (*Jornal do Brasil*, 2015).<sup>3</sup>

Posto isso, mesmo com os acusados colocados em liberdade, a abordagem de teor criminalizante não se esgotou. No dia 24/07, foi destacada uma “confusão” na saída dos manifestantes do complexo penitenciário, assinalando tentativa de agressões a fotógrafos, “com socos e empurrões”. Segundo outra notícia do G1, “profissionais da imprensa foram agredidos na porta do presídio”, tendo um cinegrafista dado queixa na polícia. Ações destemperadas, entre ativistas e simpatizantes, que se prestaram irrefletidamente a favorecer construções discursivas generalizantes; uma vez mais, desqualificatórias sobre os manifestantes e os protestos. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert (a qual as Organizações Globo são associadas) emitiu nota em repúdio à agressão sofrida por um profissional. De acordo com a entidade, “é preocupante que aqueles que clamam por liberdade e dizem atuar em nome dela busquem ações para impedir a livre atuação da imprensa na investigação de fatos de interesse público” (G1, 2014l, 2014m).

Uma peculiar cadeia de equivalências simbólicas se desenvolvia no discurso do G1: a liberdade dos ativistas corresponderia à retomada de um ambiente social turbulento, incompatível com a liberdade de opinião e a democracia. Em um giro discursivo generalizante, o universo dos ativistas tenderia a ser estigmatizado como ameaça potencial à sociedade. Equivalência negativa entre ideias e atores sociais, sem deixar de lado o seu correlato

<sup>2</sup> Vale observar um caso acentuadamente arbitrário, não relacionado entre os presos de julho de 2014: trata-se de Rafael Braga Vieira. Negro, morador de rua, trabalhador dedicado à coleta de lixo reciclável, foi detido no período das jornadas de 2013, portando água sanitária e uma garrafa de Pinho Sol. Foi acusado pelo Ministério Público – MP/RJ e condenado “por porte de aparato incendiário ou explosivo”. Esteve por mais de um ano preso e, em novembro de 2014, encontrando-se em regime semiaberto, foi colocado por dez dias em uma solitária, por conta de uma simples foto tirada na rua. Ver *Carta Capital* (2014) e *Brasil 247* (2014).

<sup>3</sup> A esse respeito, o próprio desembargador Siro Darlan chegou a argumentar que eventuais atos violentos de ativistas consistiriam em “reação à agressão ilegal, injusta e desproporcional” da PM. Ver Darlan (2015).

“elemento antagônico” (cf. Laclau, 2002), em geral latente no discurso do G1: o significante democracia esvaziado do ingrediente participativo e mobilizatório popular.

Cadeia adicional de significados equivalentes foi a associação entre os ativistas (“violentos”), o universo sindical e o recurso trabalhista da greve. O potencial efeito discursivo universalizante associava-se a uma suspeição antidemocrática. Assim, matéria publicada em 18/07 visava descrever o perfil dos manifestantes presos e frisava a participação daqueles em movimentos grevistas (G1, 2014f). Entretanto, em *O Globo*, tais associações ganharam maior evidência, em comparação com o noticiário do G1. O jornal impresso colocou em destaque um suposto “envolvimento” de diferentes “sindicatos no financiamento das manifestações”, concebidas como “violentas”, e questionou a própria entidade representativa dos jornalistas do Rio de Janeiro (*O Globo*, 2014b).<sup>4</sup> A diretoria do sindicato dos jornalistas foi apresentada como distante dos anseios dos profissionais da imprensa e comprometida com a postura “agressiva” dos manifestantes (*O Globo*, 2014c, 2014d).<sup>5</sup> Uma conservadora generalização, que tendia à depreciação simbólica combinada dos ativistas, da mobilização popular e dos organismos representativos dos trabalhadores.

### Considerações finais

O portal de notícias G1 apresentou uma abordagem de sabor criminalizante em relação aos ativistas presos, no Rio de Janeiro, e às manifestações populares, nas matérias publicadas entre o dia 12 e o final de julho de 2014. O mencionado portal de notícias apoiou-se decisivamente nos esquemas de percepção que norteavam as autoridades policiais e judiciais à frente dos inquéritos de formação de quadrilha. Privilegiou ângulos e personagens, o que permitiu pôr nas sombras os sentidos atribuídos pelos ativistas às suas causas e mobilizações nas ruas e nas redes. O foco jornalístico foi o espetáculo do crime e da violência, e não propriamente as questões políticas. Evidentemente, algumas atitudes truculentas e

episódicas – como a agressão a jornalistas da mídia massiva – também contribuíram para a exploração discursiva sobre a violência. Contudo, as questões políticas formavam o mote para a organização e a ação dos sujeitos envolvidos nos protestos e presos no mês de julho. Na narrativa do G1, elas tenderam a submergir no silêncio.

O portal de notícias selecionou e produziu material noticioso que também acolhia as vozes críticas das organizações de direito, contestando as ações judiciais, e das redes sociais, que questionavam abusos das autoridades policiais em protestos. Não é desrazoável afirmar que o G1 guardou certa capacidade de veiculação de narrativas divergentes das suas. Provavelmente tal prática jornalística tenha ocorrido devido à peculiar natureza do noticiário na Internet: o dinamismo do compartilhamento instantâneo e a incontrolável circulação ressignificada das mensagens pelos leitores/usuários, segundo Braga (2012).

No jornal impresso, por conta das próprias características do meio informativo materialmente rígido, a mensagem tende a ser suscetível a uma apropriação menos ativa e, consequentemente, na esfera pública digital, menos contestada pelos leitores. Uma certa receptividade do G1 aos problemas identificados pelos críticos das ações judiciais e policiais talvez tenha traduzido uma preocupação em atenuar o desgaste da imagem do seu noticiário nas redes sociais. Como vimos, uma hipótese que não pode ser aplicada a *O Globo*. O jornal tendeu a construir uma narrativa que acentuava as tintas conservadoras do portal de notícias.

A desqualificação dos ativistas e dos protestos guardou um especial significado político: a atribuição de um caráter ilegítimo aos cidadãos mobilizados nas ruas, que pretendiam intervir no processo de construção da agenda pública. Como observa Rancière (2014), o contemporâneo “ódio à democracia”, em múltiplas latitudes do globo, tem como alvo questionar a busca cidadã por uma maior intensidade da vida democrática, para além dos contornos políticos institucionalizados e capturados pela cosmovisão dos negócios.

---

<sup>4</sup> Rebatendo a denúncia da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática, denúncia repercutida e acolhida por *O Globo*, um dos sindicatos mencionados, o Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro-RJ), informou que apenas havia oferecido “quentinhas e água” a manifestantes que participaram de protestos como o leilão de Libra, área de exploração do pré-sal, e a Aldeia Maracanã (*O Globo*, 2014b).

<sup>5</sup> A presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, Paula Máiran, por sua vez, ponderou que não havia qualquer incoerência “e contradição no sindicato se manter firme como um dos instrumentos de luta da sociedade por democracia e liberdade de direito. Não podemos usar a violência contra jornalistas como pretexto para abrir mão do nosso papel na sociedade de defender a constituição, a democracia e os direitos humanos”. Ver Terra (2014).



Nesse sentido, demonizar atores, individuais e coletivos que perseguem a ampliação da participação política e do exercício de controle público sobre os poderes econômicos e políticos está distante de uma ótica propriamente democrática. Retirar legitimidade das vozes e causas políticas dos ativistas foi um aspecto marcante no noticiário identificado por essa análise.

## Referências

- AGAMBEN, G. 2012. *Estado de exceção*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 142 p.
- ARANTES, P. 2014. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 460 p.
- BARRANQUERO, A. 2012. Redes digitales y movilización colectiva. Del 15-M a las nuevas prácticas de empoderamiento y desarrollo local. In: M.M. HERMIDA; F.S. CABALLERO (orgs.), *Comunicación y desarrollo*. Barcelona, Gedisa, p. 377-400.
- BRAGA, J.L. 2012. La política de los internautas es producir circuitos. In: A.F. NETO; M. CARLÓN (orgs.), *Las políticas de los internautas – nuevas formas de participación*. Buenos Aires, La Crujía, p. 43-60.
- BRASIL 247. 2014. Foto leva Rafael Braga para solitária por dez dias, 26/11/2014. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/161749/Foto-leva-Rafael-Braga-para-solit%C3%A1ria-por-10-dias.htm>. Acesso em: 29/01/2015.
- CAROS AMIGOS. 2014. Entrevista – Elisa Quadros: luta e perseguição. São Paulo, ano XVIII, n. 210, set., p. 17-22.
- CARTA CAPITAL. 2014. Justiça mantém prisão de morador de rua por Pinho Sol. São Paulo, 26 out. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-decide-manter-prisao-de-morador-de-rua-que-carregava-pinho-sol-e-agua-sanitaria-4961.html>. Acesso em: 19/11/2014.
- CARVALHO, A.C. 2013. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas*. Niterói, Nitpress/EdUFF, 294 p.
- CARVALHO, A.C. 2010. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói, Nitpress/EdUFF, 233 p.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro, Zahar, 271 p.
- CHARAUDEAU, P. 2009. La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político. In: A. BOLÍVAR; M. SEDANO; M. SHIRO (orgs.), *Haciendo discurso*. Homenaje a Adriana Bolívar. Caracas: Universidad Central de Caracas, p. 277-295.
- DARLAN, S. 2015. O estado assassino. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 06 jan. Disponível em: <http://web03.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2015/01/06/o-estado-assassino/>. Acesso em: 28/01/2015.
- DUARTE, V. 2013. O movimento de junho e as práticas políticas institucionais. *Advir*, 31:110-124.
- FRANCO, M. 2012. Rompecabezas para armar: la seguridad interior como política de estado en la historia Argentina reciente (1958-1976). *Contemporánea*, 3:77-96.
- FRENTE INDEPENDENTE POPULAR (FIP). 2014. Disponível em: [https://www.facebook.com/FI-PRJ/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/FI-PRJ/info?tab=page_info). Acesso em: 01/12/2014.
- G1. 2014a. Ativistas ligados a Black Blocs são alvo de operação da polícia do Rio, 11/06/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/ativistas-ligados-black-blocs-sao-conduzidos-cidade-da-policia-no-rio.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014b. Sininho e outros ativistas presos planejavam ataques no Rio, diz polícia, 12/06/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/policia-aponta-sininho-como-lider-de-grupo-suspeito-de-atos-violentos.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014c. ONGs condenam prisão de ativistas na véspera da final da copa, 12/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/justica-global-condena-prisao-de-ativistas-na-vespera-da-final-da-copa.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014d. Vídeo mostra agressão a jornalista durante protesto na Tijuca, no Rio, 14/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/video-mostra-agressao-jornalista-durante-protesto-na-tijuca-no-rio.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014e. PM ‘canta’ ativista agredida no Rio e ironiza ataque: ‘Machucou? Que pena’, 15/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/pm-canta-ativista-agredida-no-rio-e-ironiza-ataque-machucou-que-pena.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014f. Saiba quem são e o que dizem os ativistas presos pela polícia do RJ, 18/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/saiba-quem-sao-e-o-que-dizem-os-ativistas-presos-pela-policia-do-rj.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014g. Ativistas presos pretendiam incendiar Câmara do Rio, diz denúncia do MP, 19/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/ativistas-presos-pretendiam-incendiar-camara-do-rio-diz-denuncia-do-mp.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014h. Polícia identifica outro menor que teria participado de atos violentos no Rio, 21/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/delegada-identifica-mais-um-menor-suspeito-de-protestos-violentos-no-rio.html>. Acesso em: 15/08/2014.
- G1. 2014i. Manifestantes do Rio falavam em código em conversas telefônicas, 21/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/manifestantes-do-rio-falavam-em-codigo-em-conversas-telefonicas.html>. Acesso em: 03/09/2014.

- G1. 2014j. Justiça do Rio dá habeas corpus a 23 acusados de violência em protestos, 23/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/desembargador-siro-darlan-concede-habeas-corpus-20-manifestantes.html>. Acesso em: 03/09/2014.
- G1. 2014k. Desembargador diz não ter acesso a inquérito sobre atos violentos no Rio, 23/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/desembargador-diz-nao-ter-acesso-inquerito-sobre-atos-violentos-no-rio.html>. Acesso em: 03/09/2014.
- G1. 2014l. Em meio à confusão, manifestantes deixam presídio no Rio; veja o vídeo, 24/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/tres-manifestantes-deixam-presidio-no-rio-24h-apos-habeas-corpus.html>. Acesso em: 03/09/2014.
- G1. 2014m. Cinegrafista agredido por manifestantes presta queixa no Rio, 25/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/cinegrafista-agredido-por-manifestantes-presta-queixa-no-rio.html>. Acesso em: 03/09/2014.
- GUIMARÃES, J.; AMORIM, A.P. 2013. *A corrupção da opinião pública*. São Paulo, Boitempo, 143 p.
- HERSCOVITZ, H.G. 2009. Características dos portais brasileiros de notícias. *Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo – SBPJor*, 5(1):1-24. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/197/196>. Acesso em: 16/03/2015.
- JORNAL DO BRASIL. 2015. Coronel que mandou matar manifestantes deve ser processado. Disponível em: <http://web03.jb.com.br/rio/noticias/2015/01/06/coronel-que-mandou-matar-manifestantes-deve-ser-processado/>. Acesso em: 28/01/2015.
- KIERSZENBAUM, L. 2012. “Estado peligroso” y medidas prontas de seguridad: violencia estatal bajo democracia (1945-1968). *Contemporánea*, 3:97-114.
- LACLAU, E. 2002. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 127 p.
- MCCOMBS, M. 2004. *A teoria da agenda – a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, Vozes, 273 p.
- MHENNI, L.B. 2011. *La revolución de la dignidad*. Barcelona, Destino, 63 p.
- NEGRI, A. 2006. *Movimientos en el imperio – pasajes y paisajes*. Barcelona, Paidós, 270 p.
- O GLOBO. 2014a. Os inimigos da democracia. Rio de Janeiro, editorial, 12 fev.
- O GLOBO. 2014b. Sindicato dos petroleiros diz que ajuda a ativistas é prática normal. Rio de Janeiro, 22 jul.
- O GLOBO. 2014c. Depois de reunir ativistas sindicato do Rio é alvo de manifesto de profissionais. Rio de Janeiro, 29 jul.
- O GLOBO. 2014d. Caso de ativistas deve ser apreciado no tribunal de justiça do estado até o próximo dia 12. Rio de Janeiro, 01 ago.
- RAMONET, I. 2013. A explosão do jornalismo na era digital. In: D. MORAES; I. RAMONET; P. SERRANO (orgs.), *Mídia, poder e contrapoder*. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Faperj, p. 85-102.
- RANCIÈRE, J. 2014. *O ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo, 125 p.
- ROITMAN, M. 2012. *Los indignados: el rescate de la política*. Madri, Akal, 139 p.
- SAMPERE, X.D. 2014. *Hegemonias: crisis, movimientos de resistencia y procesos políticos (2010-2013)*. Madri, Akal, 314 p.
- SILVA, R.B. 2014. Mídias sociais e política: os partidos no Facebook. *Alceu*, 14(28):202-223.
- SILVA, R.H.A.; GUEDES, I.C.; JURNO, A.C.; PAULA, G.M.R. 2014. Vandalismo e política nas redes sociais: caso dos Anonymous e Black Bloc. In: R.H.A. SILVA (org.), *Ruas e protestos: dinâmicas dos protestos BR*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 141-185.
- SOREL, G. 1992. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.
- TERRA. 2014. RJ: após agressões, jornalistas se encontram com ativistas, 25/07/2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-apos-agressoes-jornalistas-se-encontram-com-ativistas,ecd633d3e1e67410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 29/01/2015.
- VAINER, C. 2013. Quando a cidade vai às ruas. In: D. HARVEY; E. MARICATO; M. DAVIS; R. BRAGA; S. ZIZEK, *Cidades rebeldes*. São Paulo, Carta Maior/Boitempo, p. 35-40.

Submetido: 04/12/2014

Aceito: 20/02/2015